

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: formação do professor e atuação

MELO, Patrícia Maciel de¹

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

QUEIROZ, Girlene Aparecida²

Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT

RESUMO

A inclusão é uma ação política social e pedagógica em favor aos direitos de todos a educação. Essa inclusão encontra-se nas políticas públicas como proposta para as práticas de professores em adequar o currículo de acordo com as necessidades educacionais especiais de cada aluno, dessa forma promover uma metodologia adaptada para seu desenvolvimento e aprendizagem. A escola possui um papel muito importante, devendo dispor de recursos e oferecer capacitação aos professores para que estejam preparados para trabalhar com os discentes. Busca-se apresentar como ocorre a formação e atuação do docente numa perspectiva inclusiva no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, e como o educador pode contribuir para o sucesso e permanência da criança na escola. Este estudo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas visando compreender em profundidade as contribuições científicas do assunto para área de pedagogia. Conclui-se que a partir de uma metodologia adaptada de acordo com a necessidade de cada indivíduo torna-se possível seu desenvolvimento em sala de aula, mas é de fundamental importância que o educador procure conhecer estratégias para realizar adequações curriculares que se fazem necessárias, além de buscar aprimorar seu conhecimento para utilizar novos recursos para contemplar as diferenças na sala de aula.

Palavras chave: Adequação Curricular. Formação. Inclusão

ABSTRACT

The Inclusion it is a social and pedagogical political action in favor of the rights of everyone to education. This inclusion it is found in public policies as a proposal for the teacher practices in to adapt the curriculum according the special educational necessities each student, thus to promote an adapted methodology to your development and learning. The school has a very important role, must has resources and to offer empowerment to the teachers so that are prepared to work with the student. Search to present how happen the formation and performance of the teacher in an inclusive perspective in the teaching process and student learning, and how the educator can contribute to the success and permanence of child at school. This study has been accomplished through bibliographic searches aiming to understand in depth the scientific contributions of the subject for pedagogy area. Concludes that from an adapted methodology according with the necessity of each individual become possible your development in the classroom, but it is of fundamental importance that the educator seek to know strategies to perform curricular adaptations that are necessary, as well as seek to improve your knowledge to use new resources to contemplate the differences in the classroom.

Keywords: Curriculum Suitability. Formation. Inclusion

¹ Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT. E-mail: patriciamaciemelo96@hotmail.com

² Profª Esp. da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT. E-mail: girlenequeiroz@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre a formação do professor e sua atuação no contexto da Educação Inclusiva, e também apresenta legislações relacionadas a essa temática. Nas últimas décadas, a educação passou por profundas transformações, e dentre elas, destaca-se a Declaração de Salamanca, que foi um marco muito importante para a área da educação inclusiva. Aprovada no ano de 1994, a Declaração apresentou como principal objetivo garantir uma educação de qualidade a todas as pessoas, e fornecer diretrizes básicas para a elaboração de reformas educacionais. A partir desse marco, a inserção dos alunos com necessidades educacionais especiais passou a ser considerada, tanto na sala de aula quanto na sociedade, e assim, o ensino regular passou a ser entendido como um espaço primordial onde a inclusão desses alunos deve ser realizada, visando proporcionar a todos uma educação com equidade (BRASIL, 2008).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96 (Brasil, 1996), em seu artigo 59, assegura aos alunos currículos, métodos e recursos para melhor atender as necessidades educacionais de cada educando incluído na rede regular.

Segundo Martins (2012) os professores precisam estar preparados para atuar com o educando diante de suas necessidades, por isso é fundamental uma formação para que o mesmo possa atuar efetivamente frente aos alunos no âmbito escolar de uma forma mais acessível oferecendo um atendimento educacional adequado a suas necessidades, dessa forma não oferecendo apenas as condições físicas desse aluno na sala de aula. No entanto, muitas vezes esses alunos são apenas matriculados na rede, portanto é necessário que essa inclusão seja desenvolvida com mais seriedade trazendo o discente para dentro da sala com a mesma proposta de aprendizagem dos demais alunos, com o currículo adaptado de acordo com suas necessidades, o autor aponta que: "A inclusão é um processo

complexo e está complexidade deve ser respeitada, atendida e não minimizada” (MARTINS, 2012, p. 33).

De acordo com Mantoan (2003) muitas leis afirmam que a educação inclusiva deve ser promovida, o professor exerce um papel fundamental para a realização efetiva dessa modalidade e para o processo de construção da aprendizagem dos alunos. Porém, isso tem se tornado um grande desafio para os docentes, pois muitos deles acabam se considerando incapazes para lidar com a inclusão no âmbito escolar, já que ainda possuem dificuldades para encontrar meios que favoreçam a aprendizagem dos alunos de forma mais acessível.

Então, o foco desta pesquisa é investigar como ocorre a formação do professor para trabalhar com os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e como deve ser a atuação do professor em sala de aula para que os alunos sejam incluídos e obtenham sucesso na aprendizagem. A pesquisa parte da hipótese de que: o material adaptado é fundamental para permanência e desenvolvimento da criança na escola. E também se efetuou o levantamento da legislação que contemplam para que se promova uma educação inclusiva.

O estudo foi elaborado por meio de pesquisas bibliográficas, que consiste na leitura e análise de artigos e livros sobre a Educação Inclusiva, junto às políticas educacionais que apresentam condições favoráveis para melhor efetivação desse processo educacional, visando compreender em profundidade estratégias para área de pedagogia.

2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que para formação de docentes na educação básica, as instituições de ensino devem conter em sua grade curricular a formação de professores norteada para atenção as diferenças contemplando as peculiaridades dos educandos com NEE (BRASIL, 2008).

No Brasil, a partir da Portaria Ministerial nº 1793 de dezembro de 1994, foi reconhecida a importância de complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins, sendo recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-político-educacionais relativos às pessoas com necessidades especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em outras licenciaturas, assim como a inclusão de conteúdos específicos em cursos da área da Saúde e em outras áreas (MARTINS, 2012, p. 29).

De acordo com o artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e ainda reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas (BRASIL, 2006).

É importante ressaltar que segundo a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, favorecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) onde se tornou obrigatório incluir a disciplina no currículo dos cursos de formação de profissionais de Educação Especial, Pedagogia e demais licenciaturas. Nos dias atuais é imprescindível ter em sua estrutura curricular uma disciplina voltada para área de Educação Especial, sendo assim melhorando a qualidade de ensino contribuindo para que professores possam refletir sobre sua atuação e prática no âmbito escolar para trabalhar com os discentes com necessidades educacionais especiais adequando as suas peculiaridades (MARTINS, 2012).

A ação pedagógica do educador precisa estar em foco com a educação inclusiva, necessitando estar sempre aprimorando seus conhecimentos no progresso de novas habilidades e competências que possibilite o docente a dar continuidade a sua formação “o aprender a aprender, lhe permitam desenvolver uma identidade profissional sólida, incluído a afeição de pesquisador” (OLIVEIRA; SÁ; NOGUEIRA, 2012 p. 148).

Segundo Miranda e Filho (2012) a educação tem um papel primordial, sendo a instituição o espaço onde deve conceder a todos os cidadãos o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento das crianças, pois a escola inclusiva é aquela

que assegura a qualidade de ensino educacional a todos os discentes de acordo com suas potencialidades e necessidades. Portanto, uma escola só será inclusiva quando estiver regrado para favorecer a cada aluno, um ensino significativo é aquele que certifica o ingresso ao conhecimento como meio a serem mobilizados, no entanto os professores acabam não tendo o domínio necessário para contribuir no desenvolvimento do aluno.

Entretanto é preciso entender que a preparação é feita ao longo do tempo, com a formação de profissionais e oportunizando na escola a interação com o aluno com deficiência, ou seja, no cotidiano escolar que se vai se construindo as possibilidades de atendimento inclusivo (OLIVEIRA, 2012, p. 278).

2.1. O Processo de Atuação Docente

A educação vem sendo submetida a novos parâmetros e para que a inclusão aconteça o professor precisa revisar suas ações em novas habilidades de ensino para contemplar sua experiência em sala de aula em diferentes contextos, sua ação tem um significado e sentidos que traçam suas práticas pedagógicas. O processo para se desenvolver novas práticas não é uma tarefa fácil, exige o exercício da competência de equilibrar-se na construção de saberes com o passar do tempo, é indispensável que o educador busque novas metodologias para ensinar visando complementar seus conhecimentos para o trabalho como sujeito da inclusão (SALGADO, 2008).

De acordo com Silva e Almeida (2018) a formação continuada tem como objetivo conceber o processo educativo garantindo a relação entre educação especial e ensino regular, essa formação precisa atender a diversidade, e as atividades pedagógicas devem ser adaptadas para o auxílio do discente e que favoreçam a construção do conhecimento dos alunos na qual é função da escola,

portanto cabe ao docente trabalhar no progresso dos alunos proporcionando atividades que contribuam para o desenvolvimento da criança.

A formação continuada se dará em ambiente fora da escola básica, neste trabalho sugere-se que esta formação aconteça em forma de estudo em serviço, dentro do próprio ambiente escolar, ressaltando-se que este momento de estudo deve ter caráter de direito e dever do docente, deve ser remunerado, ininterrupto e abranger temáticas específicas e pertinentes às questões emergidas no contexto da prática pedagógica desenvolvida em sala de aula (PIMENTEL, 2012, p. 150).

De acordo com Giroto (et al., 2012), o professor é o transmissor e o mediador do conhecimento e possui um papel significativo no âmbito escolar e cada discente reage de um modo individual de acordo com sua personalidade, os autores afirmam:

Neste sentido, a reorganização do sistema educacional, na perspectiva inclusiva, aponta para um novo modelo de escola e, conseqüentemente, um novo modelo de formação docente que requer um professor preparado para atuar em uma escola pautada na atenção à diversidade, para desenvolver sua prática pedagógica considerando diferentes modos de aprender e ensinar, contrários a cultura escolar tradicional até então vigente, historicamente excludente, seletiva, pautada em um modelo de ensino homogeneizador (GIROTO et al., 2012 p. 12).

Mantoan (2003) afirma que a educação ainda se encontra em uma velha matriz e que as escolas não contestam o que deve ser utilizado para trabalhar com a diversidade e a instituição deve superar esse sistema tradicional.

Segundo Pimentel (2012) os professores estão sendo preparados para compreender as diferenças, conhecendo o aluno e valorizando seus avanços de modo que o ensino favoreça sua aprendizagem, sendo assim, não basta estar matriculado na escola comum, o aluno precisa se desenvolver.



Isto, infelizmente, ainda é feito em algumas realidades escolares, em especial no que diz respeito aos alunos com deficiência, sobre os quais deteremos mais o nosso olhar. Nesses casos, quando muito, a inclusão se reduz a um simples espaço de socialização. Necessário se faz que esta seja desenvolvida com mais responsabilidade, observando aspectos relacionados à escola, ao aluno – que é ímpar em suas características e necessidades – e também ao docente. Se almejamos, pois, uma escola que possa garantir a efetiva participação e aprendizagem dos alunos em geral, necessário se faz a sua reestruturação, implicando na busca pela remoção de barreiras visíveis (de acessibilidade física, pedagógicas) e invisíveis, que são as mais sérias de serem removidas, pois envolvem atitudes, preconceitos, estigmas e mecanismos de defesa ainda existentes frente ao aluno tido como “diferente” (MARTINS, 2012, p. 33).

De acordo com Veltrone e Mendes (2007) segundo as políticas da Educação Inclusiva as práticas dos docentes da rede regular de ensino ainda são muito recentes no Brasil, diante disso é fundamental que essas práticas possam ser qualificadas, aprimoradas e mais participativas para se proporcionar o desenvolvimento de todos os alunos na aprendizagem, são um dos elementos importantes para atuação dos professores, seja tanto de nível inicial quanto continuada, trabalhando sempre com a diferenciação de atividades em sala.

Afirma Mantoan (2003) que não existe um método pronto específico para ser seguido, pois cada criança tem diferentes habilidades e maneiras de aprender, a inclusão é possível, mas os educadores precisam estar preparados para isso, pois esses alunos só conseguem aprender dependendo da forma como o professor trabalha.

2.2. Adequação Curricular

Os princípios contidos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) asseguram que a instituição providencie recursos para garantir a aprendizagem e permanência do aluno na escola, respeitando o nível de desenvolvimento de cada um (BRASIL, 2002).

Piva (2014) acrescenta que cada criança possui diferentes habilidades de aprendizagem, diferentes formas de desenvolver tanto de características físicas, sociais, culturais, e intelectual, e para que esse desenvolvimento ocorra dentro da sua individualidade precisa das adequações curriculares que têm como objetivo atender as necessidades de cada discente.

No Brasil as adequações são amparadas pela Lei Brasileira da Inclusão e pela LDBN Lei de Diretrizes e Bases Nacional que em seu artigo 59 aborda que os sistemas de ensino devem garantir aos educandos com NEE, currículos, métodos e técnicas e recursos educativos para que assim possa atender as necessidades de cada aluno (BRASIL, 1996).

Para Valle (et al., 2010) adaptar o currículo e usar novas metodologias para se promover uma educação com mais eficácia contribuindo de maneira significativa para o aprendizado do aluno. Os sistemas educacionais ainda se encontram despreparados para atender a criança na rede regular, em especial alunos com NEE, enquanto se trata de currículo, pois essas adaptações constituem-se em procurar estabelecer novas habilidades na diligência do (PPP) Projeto Político Pedagógico das escolas e na contribuição de formação dos professores da rede.

As adaptações curriculares são procedimentos de modificações gradativas no currículo geral da escola, cujos ajustes têm por objetivo a resposta educativa individual, sem que se perca a visão do cenário sociocultural onde a escola se encontra inserida. Essas adaptações curriculares precisam ser avaliadas periodicamente, entendendo que elas servem para sempre. A necessidade surgida hoje pode não ser a de amanhã (VALLE et al., 2010 p. 92).

Segundo Leite (et al., 2011) o professor deve conhecer o aluno e considerar suas diferenças individuais, analisando o que possa contribuir para as atividades, promovendo condições diferenciadas, favorecendo para que o aluno tenha mais interesse, trazendo novas estratégias de ensino para o seu desenvolvimento. Dessa

forma, estabelecendo atenção especial para cada educando de acordo com suas necessidades, sempre é possível trazer resultados positivos.

2.3. Estratégias Inclusivas

As adaptações curriculares são estratégias de ensino que começam no (PPP) Projeto Político Pedagógico da escola, possibilitando uma metodologia adequada com modificações nas suas organizações no auxílio das necessidades de cada indivíduo. A instituição tem como responsabilidade na avaliação do que envolve no método pedagógico, pois é a mesma que define os objetivos específicos para o atendimento a diversidade, o currículo visa estabelecer um procedimento teórico dessas medidas, assegurando ser suficientes e flexíveis para mediar cada aluno nas suas necessidades (HEREDERO, 2010).

Segundo Mantoan (2003), não existe um método pronto ou uma estratégia para cada deficiência, o educador precisa romper a questão de buscar algo pronto para trabalhar com os alunos. O professor precisa conhecer e entender suas habilidades, pois cada criança tem diferentes inteligências, hábitos e maneiras. Dessa forma o docente necessita buscar uma adaptação diferenciada, não a receita pronta para ser seguida.

Segundo Valle (et al., 2010) existem alguns recursos para facilitar o desempenho dos alunos de inclusão pois aborda que são possíveis para o desenvolvimento das crianças com deficiência auditiva:

Materiais e equipamentos específicos: próteses auditivas, treinadores de fala, tablados em madeira facilitando a transmissão do som e softwares educativos específicos. Textos escritos acompanhados de outros tipos de linguagem textual gestual, língua de sinais. Sistema alternativo de comunicação adaptado as possibilidades do aluno: leitura orofacial, gestos e língua de sinais. Salas-ambientes para treinamento auditivo, de fala e ritmo. Posicionamento do aluno na sala de tal modo que possa acompanhar os movimentos faciais do professor e colegas da classe (VALLE et al., 2010 p. 91).

O principal objetivo de uma escola inclusiva é o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos, trabalhando a autonomia ao desempenho dos educandos, oportunidade de uma atividade facilitadora e cooperativa, chegar ao máximo do potencial de cada criança. É importante ressaltar que para que isso aconteça o professor deve buscar aprimorar-se em seus conhecimentos cada vez mais para melhor atender as peculiaridades dos alunos, com uso também de novas tecnologias e salas de recursos (LEITE et al., 2011).

Dessa forma, o curso de formação deve criar condições para que o professor saiba contextualizar o aprendizado e as experiências vividas durante a sua formação para a sua realidade de sala de aula, compatibilizando as necessidades de seus alunos e os objetivos pedagógicos que se dispõe atingir. Finalmente, a implantação da informática, como auxiliar do processo de construção do conhecimento implica em mudanças na escola que vão além da formação do professor. É necessário que todos os segmentos da escola – alunos, professores, administradores e comunidade de pais – estejam preparados e suportem as mudanças educacionais necessárias para a formação de um novo profissional. Nesse sentido, a informática é um dos elementos que deverão fazer parte da mudança, porém essa mudança é muito mais profunda do que simplesmente montar laboratórios de computadores na escola e formar professores para utilização dos mesmos (VALENTE et al., 1999, p. 2).

Herdero (2010) afirma que adaptação curricular consiste em modificações da proposta curricular, assegura o domínio do currículo para melhor compreensão do progresso do aluno, tornando acessível para todos sendo possível em todos os âmbitos da instituição. Essas ações implicam no planejamento pedagógico e na atuação dos professores estabelecidas em critérios que apontam como o discente deve aprender, quando e de que forma devidas estratégias contribuem para um ensino mais eficaz para aprendizagem, são preparadas para alcançar o desenvolvimento de cada aluno.

A Lei Brasileira de Inclusão n° 13.146 do ano de 2015 assegura que o Projeto Político Pedagógico deve oficializar o atendimento educacional especializado, **REVISTA CIENTÍFICA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS APLICADAS DA FAIT, Ano VIII. v 15, n 2, novembro, 2019.**

possibilitando adaptações possíveis para o atendimento às pessoas com deficiência, e garantir o currículo em condições igualitárias para todos (BRASIL, 2015).

De acordo com (MEC/SEESP, 2000) é possível salientar que as adequações curriculares de grande porte e pequeno porte são necessárias como foco na organização da instituição, disponibilizando serviços de apoio para o atendimento educacional para crianças de NEE, assegurando aos alunos o alcance de seus objetivos, tornando a sala de aula um ambiente inclusivo. Adaptações curriculares promovem também a formação continuada dos educadores, por isso esse planejamento estratégico torna-se essencial.

As adaptações curriculares de pequeno porte são resultadas como não significativas e envolvem tão somente modificações simples na prática pedagógica por parte dos professores com a intenção de incluir os alunos público-alvo da Educação Especial. Já as adaptações curriculares de grande porte são rotuladas como significativas por representar mudanças mais profundas no currículo envolvendo as instâncias superiores que programam o processamento desse currículo com finalidade dele contemplar as necessidades de todo alunado, essencialmente para os alunos de público-alvo da Educação Especial (SOUZA, 2014, p. 32).

Para Souza (2014) o educador necessita construir uma adaptação curricular considerando as habilidades que o aluno já possui, tendo domínio do conteúdo, dessa forma fazendo uma adaptação competente contribuindo na aprendizagem do discente favorecendo para que o mesmo consiga assimilar o conteúdo através de uma atividade fragmentada e facilitadora para o seu entendimento contemplando a interdisciplinaridade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que a escola é um espaço para o desenvolvimento e aprendizagem para todos os alunos, preparando-os para a vida, com isso é crucial que os educadores estejam preparados e comprometidos em possibilitar uma aprendizagem de qualidade e igualitária a todos, é necessário que a escola esteja sempre buscando adotar práticas inclusivas não só dentro da sala de aula, mas em todo ambiente escolar. A formação de professores vem sendo aprimorada com o passar dos anos segundo as políticas públicas, trazendo inovações para que os professores tenham conhecimento da Educação Especial na sua grade curricular, para que sejam preparados e capacitados para trabalhar com as necessidades de cada aluno, conhecendo suas dificuldades e por meio delas descobrindo como pode contribuir para o aprendizado do aluno.

Uma escola inclusiva deve disponibilizar o acesso ao currículo, assegurando estratégias para o auxílio nas necessidades de cada educando de acordo com suas habilidades e peculiaridades. Essa proposta se fundamenta junto as adaptações curriculares de grande e pequeno porte, trazendo novas estratégias de ensino, dessa forma, entendendo o que o aluno já sabe e tornando um desenvolvimento muito mais facilitador para cada criança. Adaptações curriculares são possíveis sim, através de recursos e metodologias realizadas de acordo com a realidade do aluno, contribui para o desempenho e permanência do educando na escola, faz se possível seu aprendizado e desenvolvimento na escola.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei n. 9.393 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 2006, seção 1, p. 11.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Diário Oficial da União, Brasília, 2002, seção 1, p. 8.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; OMOTE, S. Educação Especial, formação de professores e o uso das tecnologias de informação e comunicação: a construção de práticas pedagógicas inclusivas. In: _____. **As Tecnologias nas Práticas Pedagógicas Inclusivas**. Marília: Cultura Acadêmica, 2012. cap. 1, p. 11-23.

HEREDERO, E. S. A Escola Inclusiva e Estratégias para fazer frente a ela: as Adaptações Curriculares. **Acta Scientiarum Education**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208. dez. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/9772>. Acesso em: 25 jun. 2019.

LEITE, L. P. et al. A adequação curricular como facilitadora da educação inclusiva. **Psicologia da Educação**. São Paulo, n. 32, p. 89-111, 1ª sem. de 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752011000100006. Acesso em: 01 jul. 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: o que é? Por que? Como fazer?** 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003. 95p.

MARTINS, L. A. R. Reflexões sobre a formação de professores com vistas à educação inclusiva. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 25-38.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC/SEESP. **Projeto Escola Viva**. Adaptações Curriculares de Grande Porte e Adaptações Curriculares de Pequeno Porte. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2000.



MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. Tecnologia Assistiva e salas de recursos: análise crítica de um modelo. In: _____ (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 247-266.

OLIVEIRA, E. S. G.; SÁ, M. S. M. M.; NOGUEIRA, M. L. L. **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva**. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2009. 184p.

OLIVEIRA, I. A. Práticas municipais de inclusão da pessoa com deficiência no estado do Pará. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 267-284.

PIMENTEL, S. C. Formação de Professores para a Inclusão: saberes necessários e percursos formativos. In: MIRANDA, T. G.; FILHO, T. A. G. (org.). **O Professor e a Educação Inclusiva: Formação, Práticas e Lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 139-155.

PIVA, A. M. D. Adequação Curricular: estratégia de aprendizagem para alunos com deficiência intelectual. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2014**. Curitiba: SEED/PR. 2014. Volume II (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uenp_edespecial_pdp_angela_maria_depizzoli_piva.pdf. Acesso em: 18 jun. 2019.

SALGADO, S. S. Inclusão e Processos de Formação. In: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (orgs.). **Inclusão em Formação: Culturas, Políticas e Práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 59-68.

SILVA, F. N.; ALMEIDA, M. L. Inclusão Escolar e Formação Continuada: entre concepções e práticas. **Revista Educação Especial em Debate**. v. 3, n. 6, p. 102-115, jul/dez 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/REED/article/view/23629>. Acesso em: 08 jul. 2019.

SOUZA, C. J. Entre o Adaptar e o Incluir: uma Abordagem Interdisciplinar da Educação Física Adaptada. **Revista da Sobama**. Marília, v. 15, n. 1, p. 31-34, jan/jun 2014. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/sobama/article/view/3800>. Acesso em: 06 jul. 2019.

VALENTE, J. A. Informática na Educação no Brasil: Análise e Contextualização Histórica. In: _____ (org.). **O Computador na Sociedade do Conhecimento**. Campinas: UNICAMP/NIED, 1999. p. 1-13

VALLE, B. B. R. et al. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010. 177p.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Diretrizes e Desafios na Formação Inicial e Continuada de Professores para a Inclusão Escolar. In: IX CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES – 2007. 1. Águas de Lindóia. **Livro eletrônico do IX Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores**. 2007. p. 2-8. Disponível em:
<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/140051/ISBN9788561134006-2007-1-179.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2019.